

# O PROJETO DE “REDIVISÃO TERRITORIAL” DO BRASIL DE MÁRIO AUGUSTO TEIXEIRA DE FREITAS (1930-52): GEOGRAFIA, ESTATÍSTICA, MODERNIZAÇÃO E DESENVOLVIMENTO NACIONAL

Raul Amaro de Oliveira Lanari\*

\* Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil. E-mail: ralanari@gmail.com

Recibido: 7 enero 2015 / Revisado: 14 abril 2015/ Aceptado: 5 mayo 2015 / Publicado: 15 febrero 2016

**Resumo:** Analisaremos o projeto de re-divisão territorial do Brasil elaborado por Mário Augusto Teixeira de Freitas, intelectual ligado às políticas estatísticas e cartográficas brasileiras nas décadas de 1920 e 1950, fundador do Conselho Nacional de Estatística e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística durante o governo de Getúlio Vargas (1930-45). Seu projeto previa a criação de novas unidades federadas (estados, províncias e territórios) que substituiriam as existentes, a colonização dos “vazios territoriais” brasileiros, a educação para a nacionalidade, a integração da produção agrícola e o desenvolvimento industrial promovido pelo Estado.

**Palavras-chave:** Estatísticas, Território, Brasil.

**Abstract:** In this paper, we will discuss the Brazil's redivision plan made by Mario Augusto Teixeira de Freitas, an intellectual who participated in the statistical and cartographic policies between 1920 and 1950, founder of the Brazilian Council of Statistics and the Brasillian Institute of Geography and Statistics during the Getulio Vargas government (1930-45). In his project, Teixeira de Freitas included the creation of new federated units (states, provinces and territories) in substitution of those which existed then, the occupation of the hinterland, the education based on the nationality, the dynamization of the agriculture and the industrial development held by the State.

**Keywords:** Statistics, territory, Brazil.

As décadas de 1930 e 1940 no Brasil foram marcadas pela ascensão do pensamento nacionalista, decorrente das críticas direcionadas ao liberalismo vigente durante a Primeira República<sup>1</sup>. As críticas foram direcionadas, em grande medida, ao insucesso de um sistema político considerado “importado” na tarefa de saneamento dos males nacionais. Diversos foram os intelectuais que denunciaram a distância entre o “Brasil legal” e o “Brasil real”. Para estes, somente o conhecimento das peculiaridades brasileiras poderia elevar o grau de progresso e civilização nacionais, impelindo o país para o futuro a partir de uma política específica, “orgânica”.

As diversas linhagens de “intérpretes do Brasil” elaboradas mais recentemente pelos estudiosos da historiografia e da história intelectual brasileira tendem a se concentrar nos principais expoentes do chamado “Pensamento Social Brasileiro”, como, por exemplo, Sérgio Buarque

<sup>1</sup> Este trabalho apresenta os resultados parciais da pesquisa realizada para a elaboração de minha tese de doutoramento em História pela Universidade Federal de Minas Gerais, com especial contribuição do Projeto Coleção Brasileira: escritos e leituras da nação, coordenado pela Prof<sup>a</sup>. Eliana Regina de Freitas Dutra. Ficam aqui registrados os agradecimentos aos integrantes do Projeto Coleção Brasileira e aos participantes do Simpósio Temático “Intelectuais Brasileiros: projetos para a Nação” do X Congresso Internacional Tradição e Modernidade no Mundo Iberoamericano, coordenado pela Prof<sup>a</sup>. Maria Emília Prado.

de Hollanda, Gilberto Freyre, Oliveira Vianna, Azevedo Amaral, Francisco Campos e Cassiano Ricardo. Este curto texto pretende apresentar um projeto nacional que dialogou fecundamente com os intelectuais citados acima: o projeto de redivisão territorial do Brasil de Mário Augusto Teixeira de Freitas figura ainda pouco estudada dentre os “construtores” do Estado brasileiro a partir da década de 1930.

Nascido em São Francisco do Conde, Bahia, no ano de 1890, Mário Augusto Teixeira de Freitas viveu sua infância e adolescência no Paraná, tendo cursado o secundário no Seminário Diocesano do mesmo estado. Formado Bacharel pela Faculdade de Direito de São Paulo em 1911, Teixeira de Freitas, sobrinho-neto do juriconsulto do Império Augusto Teixeira de Freitas, iniciou sua trajetória profissional na Diretoria-Geral de Estatística (DGE) em 1908, a convite do estatístico Bulhões de Carvalho. Em 1920 foi nomeado Delegado Geral do Recenseamento em Minas Gerais, e ente 1922 e 1930 ocupou o cargo de Diretor do Departamento de Estatística desse estado. No período de sua atividade em Minas Gerais se notabilizou por estabelecer um plano de cooperação entre o governo estadual e os municípios com a finalidade da publicação da Carta Geográfica de Minas Gerais para a Exposição do Centenário da Independência<sup>2</sup>.

<sup>2</sup> A Diretoria-Geral de Estatística foi o órgão federal responsável pela elaboração dos dados sobre a população, o território, a produção e o comércio brasileiros durante a Primeira República. Sua atividade foi muito prejudicada pelo quadro político do período, que dava grande autonomia aos governos estaduais em detrimento da burocracia federal. A DGE encontrava entrave para o acesso aos dados referentes aos estados, seja pela má vontade dos governos, seja pela ineficiência dos métodos de aplicação dos questionários censitários, então sob responsabilidade de delegados municipais contratados, que deveriam enviar os dados via correios. O método causava grandes descompassos nas apurações, visto que havia grande incidência de extravio e mau preenchimento dos questionários. Sobre a DGE, ver: GOMES, Maria do Carmo Andrade. Mapas e mapeamentos – dimensões históricas: as políticas cartográficas em Minas Gerais (1850 – 1930). Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais (Tese de Doutorado), 2007; SENRA, Nelson. Uma Breve

A constatação da ineficiência dos serviços estatísticos da DGE suscitou a elaboração diversos projetos de reorganização estatística. O principal deles foi proposto pelo próprio Bulhões de Carvalho, que teve fraca acolhida por parte do governo de Washington Luís. Mário Augusto Teixeira de Freitas, por sua vez, elaborou um projeto de reorganização administrativa, com o objetivo de apresentá-lo ao corpo técnico da DGE. Seu plano se aproximava das propostas feitas por Bulhões de Carvalho para discussão em um Congresso de Estatística, que seria realizado entre os dias 19 e 29 de outubro de 1930 mas foi cancelado em decorrência das turbulências políticas que culminaram na ascensão de Getúlio Vargas à liderança de um Governo Revolucionário em novembro deste mesmo ano. As informações obtidas na bibliografia sobre a história das estatísticas no Brasil são imprecisas sobre a realização desse Congresso. Não há menções aos discursos e aos trabalhos apresentados, a não ser o de Mário Augusto Teixeira de Freitas, editado anos depois e, segundo informações existentes nessas publicações, apresentado em diversas outras ocasiões durante a década de 1930. Intitulado “Teses Estatísticas”, o estudo sugeria a cooperação inter-administrativa entre os governos federal, estaduais e municipais (com o primeiro ocupando a função de centro organizador e propulsor dos esforços), a racionalização burocrática, a uniformização das estatísticas em suas diversas áreas e a revisão do recenseamento de 1920.

O projeto de Teixeira de Freitas encontrou acolhida no âmbito governamental após a vitória da “Revolução de 1930”, tendo sido encampado e disseminado nas diferentes esferas administrativas. O projeto possuía pontos de contato com um dos principais objetivos do governo de Getúlio Vargas: minar os poderes locais e elevar a participação do Estado na economia e no controle social, garantindo a autonomia da nação<sup>3</sup>. Suas sugestões se aproximavam também das

História das Estatísticas Brasileiras. Vol. 4. Rio de Janeiro, IBGE, 2009.

<sup>3</sup> D'alessio, Márcia Mansor. "Estado-Nação e construções identitárias. Uma leitura do período Vargas.", in Brepohl, M., Bresciani, M.S., Seixas, J.A (orgs.), *Razão e paixão na política*. Brasília: Ed. UnB, 2002, 165-174.

propostas de parcela importante da intelectualidade brasileira durante a República, que pregava o intervencionismo estatal como forma de escapar dos perigos do liberalismo econômico e político. Essa vertente de pensamento que constituiu o "núcleo duro" da ideologia varguista possuía fortes pendores autoritários e seus expoentes mais significativos foram Alberto Torres, Oliveira Viana, Azevedo Amaral, Francisco Campos e Cassiano Ricardo<sup>4</sup>. Esta vertente de analistas da sociedade brasileira possuía em comum o diagnóstico de que a prática política observada até então não caminharia de encontro à "realidade nacional", representada pelos caracteres fundamentais da nação: seu território, seus recursos naturais e as características demográficas e morais de sua população.

Em 1931 Teixeira de Freitas foi nomeado para a chefia da Diretoria de Informações, Estatística e Divulgação do recém-criado Ministério da Educação e Saúde Pública, por intermédio de Francisco Campos, então Ministro da pasta e com quem tivera contato durante sua atividade em Minas Gerais. O mesmo Francisco Campos o convidou a organizar o Serviço de Estatística do Ministério, o que o inseriu em um longo e frutífero diálogo entre educadores brasileiros como Anísio Teixeira, Lourenço Filho e Roquette Pinto<sup>5</sup>. Um ano depois quem o convidou foi o Ministro da Agricultura, Juarez Távora, representante do grupo militar que apoiou o movimento vitorioso em 1930<sup>6</sup>. O convite para a organização do Serviço de Estatística da Produção abriu outro campo de interlocução a Teixeira de Freitas. A insatisfação com o andamento dos serviços o levou a propor, por intermédio de Francisco Campos, uma Lei Estatística Nacional que não chegou a se concretizar. A intervenção de Juarez Távora em 1933, no entanto, foi acompanhada da

permissão de Getúlio Vargas para os estudos visando o aparelhamento estatístico brasileiro.

Já integrante da burocracia federal no Ministério da Educação e Saúde e com trânsito em diversas outras instâncias governamentais, Teixeira de Freitas deu início então à divulgação de seu plano maior, que completaria e potencializaria sua proposta de cooperação inter-administrativa. Em 1932, em conferência no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, de título "O reajustamento territorial do quadro político do Brasil", ele apresentou a proposta de revisão da divisão dos estados brasileiros, com uma sugestão radical: o plano seguia os princípios de equivalência territorial e equipotência demográfica entre as unidades federativas. Em sua opinião, o quadro estadual só deixaria de ser uma ameaça ao Brasil quando as unidades tivessem área e representação política equivalentes. Segundo suas premissas, o país só alcançaria a grandeza que lhe era destinada se aproveitasse devidamente suas riquezas e, para isso, somente a efetiva ocupação do território proporcionaria a potência necessária para cumprir com tal desígnio.

"A terra brasileira contém riquezas por toda a parte; seu potencial econômico é imprevisível e enorme em qualquer longitude e em todas as latitudes. Não temos nenhum "sahara" [sic]. As zonas sujeitas às secas são fertilíssimas. E aquela contingência pode ser contida e anulada em seus efeitos, nisso podendo e devendo empenhar-se não apenas o governo regional, mas a própria União. As grandes áreas florestais, se são difíceis de povoar e hostis ao homem nos primeiros tempos, encerram preciosos cabedais e oferecem à agricultura uma enorme exuberância. Nas zonas de campo, aliás sempre proximamente alternadas com extensos rincões de distinta caracterização econômica, haverá as riquezas pastoris. As zonas pouco férteis, impróprias mesmo para a indústria pecuária, são em regra zonas de mineração, onde aflorarão outros cabedais"<sup>7</sup>.

<sup>4</sup> Oliveira, Lúcia Lippi, "Estado Novo e a conquista de espaços territoriais e simbólicos." *Política & Sociedade*, vol.7, n.12, 13-21.

<sup>5</sup> Gil, Nathália de Lacerda, "Teixeira de Freitas e a escola primária brasileira: a questão da qualidade do ensino a partir de análises estatísticas.", in Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (org.), *Teixeira de Freitas, um cardeal da educação brasileira: sua atividade intelectual*. Rio de Janeiro, IBGE, 2008 (Série Memória Institucional, vol. 15), 45-56.

<sup>6</sup> Senra, Nelson, *Uma Breve História das Estatísticas Brasileiras*. Vol. 4. Rio de Janeiro, IBGE, 2009, 159.

<sup>7</sup> Freitas, Mário Augusto Teixeira de, "O reajustamento territorial do quadro político do Brasil". *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro* 166 (1932), 771.

Para Teixeira de Freitas, desequilíbrios, despovoamento, estados grandes e com muito poder tenderiam à desagregação. No seu plano, nenhum estado cederia território a outro do quadro existente e nenhum seria suprimido. Os estados pequenos se associariam, transformando-se em departamentos autônomos, sub-federados num estado maior. Tais departamentos seriam associações de municípios com funções específicas. As novas divisões, quando adotadas em regiões pouco povoadas, dariam origem a províncias ou territórios, igualmente divididos em departamentos<sup>8</sup>.

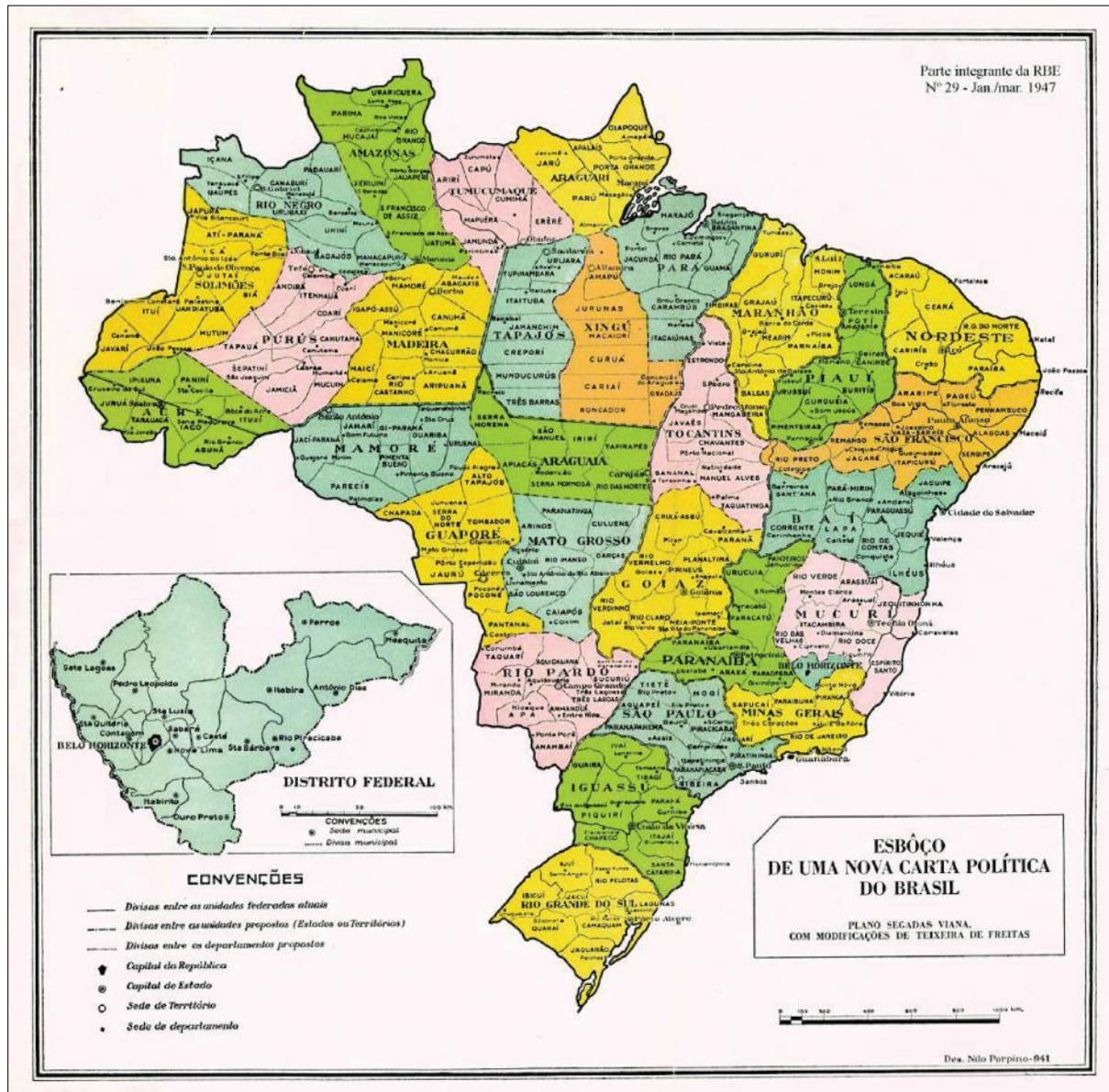
A proposta originaria 16 estados, 14 territórios e 213 departamentos e previa a transferência da Capital Federal para o interior do Brasil. Teixeira de Freitas defendeu uma mudança inicial da capital para Belo Horizonte, considerada por ele uma “cidade sanatório”. A instalação da capital em Minas Gerais daria ao governo tempo para a construção de uma nova capital, de preferência na região central do país. Teixeira de Freitas propôs uma “pouco usual” permuta entre os governos estadual e federal para a transferência da capital para o “planalto das Minas Gerais”. Os demais estados seriam, em sua maioria, divididos ou incorporados em novas unidades federativas. Associado à redistribuição territorial das unidades federativas vinha um plano de colonização dos vazios territoriais, ou do *hinterland* - como Teixeira de Freitas se referia às vastas porções de terras disponíveis no Brasil. Para isso, sua sugestão foi a de uma ação coordenada com as Forças Armadas e impulsionada pelo trabalho de pessoas consideradas “desajustadas”, “vadias”, “indolentes”, além de criminosos, que poderiam ser reinseridos na sociedade através do trabalho em prol da nacionalidade. De acordo com seu critério de equivalência territorial, os únicos estados a permanecerem “íntegros” seriam São Paulo e Rio Grande do Sul. Segundo o Teixeira de Freitas, estes dois estados apresentariam área compatível com a proposta – entre 250.000 km<sup>2</sup> e 350.000 km<sup>2</sup> – além de apresentarem notável desenvolvimento dos aspectos econômicos e sociais (vid. Imagem 1).

O processo de criação de instâncias de produção de dados estatísticos prosseguiu, em julho de 1934, com a criação do Instituto

Nacional de Estatística (INE), que só foi efetivamente instalado em 1936. Este esforço de organização das estatísticas brasileiras, no qual Teixeira de Freitas teve papel importante como articulador político, foi finalmente apoiado pelo governo de Getúlio Vargas que, por intermédio de seu ministro das Relações Exteriores, o embaixador José Carlos Macedo de Soares, reuniu diversos representantes de repartições estatísticas para a constituição do novo órgão. Juarez Távora, antigo tenente e ex-ministro da agricultura, foi indicado por Teixeira de Freitas para a direção do novo Instituto, mas declinou alegando interesse em se manter na carreira militar. José Carlos Macedo de Soares, por sua vez protelou alegando envolvimento com o Ministério das Relações Exteriores, mas acabou sendo investido do cargo à revelia por Getúlio Vargas, só assumindo efetivamente em 1936. Neste mesmo ano Teixeira de Freitas foi indicado para membro permanente da Comissão de Reforma do Serviço Civil Federal, na qual defendeu a instalação de um Conselho Nacional de Estatística (CNE). Macedo Soares nomeou então uma Junta Executiva provisória, secretariada por Teixeira de Freitas, à qual coube formatar o Instituto. Teixeira de Freitas coordenou os debates que deram origem à Convenção Nacional de Estatística, aprovada pelo Decreto nº 1.022, de 11 de agosto de 1936, da qual resultou a criação do Conselho Nacional de Estatística pelo Decreto nº 1.200, de 17 de novembro de 1936<sup>9</sup>. O regimento estabelecido dotou o CNE, principal instância deliberativa e decisória do INE, de amplo poder de coordenação e uniformização de todas as atividades estatísticas nas diversas esferas administrativas. Propunha-se uma organização dita “federalista”, fundada na cooperação das instâncias locais, porém dotada de alto grau de centralização, devido à concentração das decisões e dos direcionamentos ao INE e ao CNE.

<sup>8</sup> Ibid., 768-75.

<sup>9</sup> Senra, Nelson, *Uma Breve História das Estatísticas Brasileiras*. Vol. 4. Rio de Janeiro, IBGE, 2009, 190-204.



**Imagem 01.** “Esboço de uma nova carta política do Brasil (Plano Segadas Viana com modificações de M.A. Teixeira de Freitas)”, in Freitas, Mário Augusto Teixeira de, “O revisionismo territorial brasileiro”. *Revista Brasileira dos Municípios* 2-8 (1947) (jan/abr.), 793-808.

Em 1938, o CNE e o recém-criado Conselho Nacional de Geografia (1937) passaram a integrar o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Teixeira de Freitas passou então a ocupar a Secretaria-Geral da Instituição presidida pelo embaixador José Carlos Macedo de Soares. Em seus primeiros tempos, o IBGE funcionou como autarquia subordinada à Presidência da República, o que demonstra a importância que se atribuía à geografia e à estatística como instrumentos de informação em setores estratégicos ação governamental e como forma de dar “capilaridade” às políticas públicas estatais<sup>10</sup>.

Com a fundação do IBGE e sua consolidação Teixeira de Freitas passou a deter ferramentas para a implantação de suas propostas. O escopo das mesmas cresceu com a interlocução travada com diferentes setores do governo. À defesa da cooperação inter-administrativa se somou o Recenseamento (realizado em 1940), o projeto de redivisão territorial do Brasil, a defesa do municipalismo - a valorização do município como base do sistema federativo - e a criação de “consórcios intermunicipais” articulados a centros metropolitanos regionais. Estas iniciativas visavam claramente reordenar o pacto federativo nacional, sob o argumento de garantir o aproveitamento adequado e racional dos recursos naturais existentes no

país. Um quarto projeto perpassa toda sua atividade intelectual nas décadas de 1930, 40 e 50: a educação rural. Em diferentes momentos de sua trajetória o tema retornou ao centro de suas atenções, sempre vinculado com os propósitos de distribuição de população educada para o exercício da nacionalidade pelo território brasileiro.

Mário Augusto Teixeira de Freitas empenhou-se, desde 1932 e com maior ênfase entre os anos de 1937 e 1952, na defesa e implantação do plano de redivisão territorial do Brasil, apresentado em diversas ocasiões, como por exemplo, no IHGB em 1932, em encontro dos interventores estaduais em 1938, em discursos na Associação Brasileira de Educação, na Sociedade dos Amigos de Alberto Torres, no Conselho de Segurança Nacional e na Escola Militar em 1934, 1937, 1939, 1941, 1943, 1947 e 1951. Diversas dessas ocasiões foram divulgadas na Revista Brasileira de Estatística, periódico do Conselho Nacional de Estatística impresso pelas Oficinas Gráficas do IBGE. Estes textos permitem observar Teixeira de Freitas na pele do homem público, do orador, dando-se a ver, prendendo a atenção das plateias formadas por autoridades, professores, estatísticos e pessoas comuns, como no caso do “Batismo Cultural de Goiânia”, nova capital do estado de Goiás “inaugurada” em 1942.

Além dos textos elaborados por Teixeira de Freitas, foi realizada consulta ao Fundo Mário Augusto Teixeira de Freitas do Arquivo Nacional, no Rio de Janeiro. O trabalho de pesquisa permitiu reunir um conjunto expressivo da correspondência ativa e passiva de Teixeira de Freitas. A indisponibilidade do fundo completo<sup>11</sup> não afetou significativamente as possibilidades da pesquisa, na medida em foram reunidas fontes que identificam as principais interlocuções de Mário Augusto Teixeira de Freitas, além de apresentar à análise relatórios e memorandos internos do Serviço de Estatística da Educação do Ministério da Educação e Saúde, do Instituto Nacional de Estatística e do IBGE, órgãos nos quais Teixeira de Freitas atuou para a afirmação de suas propostas para a reorganização nacional. Foi possível perceber, a partir destes documentos, a ampla acolhida que o projeto de Teixeira de Freitas teve entre políticos e intelectuais durante o governo de Getúlio Vargas.

Os longos relatórios e ofícios enviados a Gustavo Capanema, Francisco Campos, Juarez Távora, Luiz Simões Lopes, José Carlos Macedo de Soares e mesmo ao presidente Getúlio Vargas mereceram especial atenção. Conforme foi possível observar nos documentos consultados junto ao Fundo Mário Augusto Teixeira de Freitas, disponível no Arquivo Nacional, Teixeira de Freitas elaborava muitos dos memorandos que seriam apresentados pelo diretor do IBGE, José Carlos Macedo de Soares, a membros dos ministérios e a Getúlio Vargas. Em alguns casos era o próprio Teixeira de Freitas quem assinava os relatórios contendo explicações sobre seu plano. Tais relatórios, em nosso entendimento, foram mais do que apenas documentos informativos. A consulta aos mesmos deixou claro que se tratavam de peças argumentativas, nas quais Teixeira de Freitas defendeu suas propostas de redivisão territorial, colonização dos vazios territoriais, cooperação inter-administrativa, recenseamento e educação rural.

A análise das correspondências trocadas entre Teixeira de Freitas e importantes membros da elite política e burocrática do governo Vargas, por sua vez, permitiu observar seu amplo trânsito entre as instâncias produtoras de discursos sobre a nação. Teixeira de Freitas ingressou na vida pública, como visto acima, pelas mãos de um dos principais estimuladores das estatísticas brasileiras durante a Primeira República, Bulhões de Carvalho. Sua atividade em Minas Gerais na realização do Recenseamento de 1920 e do Mapa Corográfico de Minas no Centenário da Independência, bem como a organização de uma rede de colaboradores para a apuração das estatísticas estaduais o alçaram a posição de destaque em um período político conturbado, que resultaria no rompimento institucional da “Revolução de 30”. Com os acontecimentos políticos ele encontrou terreno sólido para apresentar suas propostas e insistir na apreciação das mesmas pelos integrantes do Governo Provisório.

A partir de sua posse na Diretoria de Informações, Estatística e Divulgação do Ministério da Educação e Saúde Teixeira de Freitas expandiu o leque de interlocução possível para a afirmação de suas propostas, e ela foi intensa, conforme observado nas correspondências arroladas. O espaço criado

para o debate em torno da organização estatística e administrativa brasileira levou Teixeira de Freitas a acumular funções no aparelho do Estado, culminando na sua indicação para a Secretaria Geral do INE e, depois, do IBGE. Este trajeto é todo documentado na correspondência consultada. Teixeira de Freitas foi um missivista compulsivo, autor de milhares de correspondências de teores e tamanhos diversos. Nelas foi possível observar o modo como ele se afirmou como um *statemaker*, articulando integrantes dos círculos burocráticos, políticos, técnicos e intelectuais brasileiros entre as décadas de 1930 e 1950.

Esta noção de “movimento” lança luz sobre a existência de múltiplas vias de acesso ao mundo público no Brasil das décadas de 1930 e 1940. Teixeira de Freitas se movimentou pelos “flancos” abertos pela afirmação de uma tecnocracia no Brasil durante as décadas de 1930 e 1940, pela crítica à organização e à distribuição de funções do pacto federativo da Primeira República e pela ascensão da ideia de coordenação e racionalização administrativa. As correspondências nos mostraram claramente como ele foi um enfático defensor das estatísticas como forma de analisar a sociedade brasileira com base naquilo que chamava de “sua realidade”: seus caracteres mais estáticos, o território, as riquezas naturais e sua população.

A atuação de Teixeira de Freitas como “construtor” do aparelho estatístico nacional visou uma articulação entre os órgãos federais, estaduais e municipais, e este aspecto de suas propostas foi importante para que ele estabelecesse relações em grande parte do território brasileiro. Teixeira de Freitas, à frente da Diretoria de Informações, Estatística e Divulgação do MES e da Secretaria Geral do INE e do IBGE coordenou uma rede capilarizada de colaboradores, “um sistema”, em suas palavras, e o mobilizou para pleitear a implantação das medidas integrantes de seu projeto nacional. Nesse sentido ilustram bem as correspondências enviadas a estatísticos, políticos e intelectuais com seus textos, recortes de jornais com resenhas de suas palestras, geralmente respondendo a questionamentos veiculados pela imprensa. A leitura das correspondências e relatórios permitiu ainda observar que o projeto de

Teixeira de Freitas esteve longe de ser um consenso entre a elite política e intelectual brasileira entre 1930 e 1953, recebendo críticas de estatísticos e membros das diversas instâncias políticas e administrativas durante o governo de Getúlio Vargas. Ficou claro o fato de que a trajetória de Teixeira de Freitas na burocracia estatal atravessou temporalidades distintas. Não seria possível atribuir, assim, uma imutabilidade a seu projeto. Diferentes momentos políticos suscitaram diferentes formas de argumentação e ação perante os diversos setores sociais envolvidos na condução do Estado Nacional brasileiro.

No nosso entendimento, o projeto de Teixeira de Freitas teria passado por três períodos distintos: a primeira, caracterizada pela busca de canais de interlocução, entre 1930, quando ingressou na Diretoria de Informações, Estatística e Divulgação do MES, e 1935, ano da criação do Instituto Nacional de Estatística; a segunda, de consolidação institucional e ação política com vistas a concretização das propostas dentro de um cenário de fortalecimento do autoritarismo varguista, entre 1935 e 1945, quando Getúlio Vargas é deposto; e a terceira, a do ocaso de suas propostas frente ao reordenamento das forças políticas nacionais, entre 1945 e 1953, quando Teixeira de Freitas se afasta do IBGE até sua aposentadoria definitiva.

A despeito da não adoção das medidas integrantes do projeto nacional de Teixeira de Freitas, importa observar que ele participou de um clima característico das décadas de 1930 e 1940, caracterizado pela utopia de saneamento dos males nacionais e a plena realização do destino do Brasil. Tanto o diagnóstico dessa “realidade” quanto as medidas necessárias para o “progresso” do país deveriam ser norteadas por um saber considerado uma ciência social: as estatísticas. Nesse sentido, Teixeira de Freitas foi ator primordial para a afirmação das estatísticas como ferramenta do planejamento estatal, figurando ainda como um dos “pais fundadores” do IBGE. Se seu projeto nacional naufragou devido aos novos ventos que sopraram no Brasil com a queda de Getúlio Vargas em 1945, sua importância como *statemaker* pode ser atestada pela celebração de sua memória realizada pelo programa de memória institucional do IBGE.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Camargo, Alexandre de Paiva Rio (2010), “Povoar o *Hinterland*: o ensino rural como fronteira entre a estatística e a educação na trajetória de Teixeira de Freitas”. *Revista Brasileira de História da Educação* 23 (maio/ago.), 97-132.
- Castiglione, Luiz Henrique (2012), “O mapa do Brasil ao tempo da Primeira República: o caso da proposta de Teixeira de Freitas (1932)”. *Estatística e Sociedade* 2 (nov. 2012), 204-223.
- D'Alessio, Márcia Mansor (2002), “Estado-Nação e construções identitárias. Uma leitura do período Vargas”, in Brepohl, M., Bresciani, M.S. & Seixas, J.A., *Razão e paixão na política*. Brasília, Ed. UnB, 159-180.
- Duarte, Regina Horta (2004), ““Em todos os lares, o conforto moral da ciência e da arte”. a Revista Nacional de Educação e a divulgação científica no Brasil (1932-34)”. *Hist. cienc. saude-Manguinhos*, Rio de Janeiro, v.11, n.1.
- Freitas, Mário Augusto Teixeira de (1932), “O reajustamento territorial do quadro político do Brasil”, in *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro* 166, 766-804.
- Freitas, Mário Augusto Teixeira de (1949), “O revisionismo territorial brasileiro”. *Revista Brasileira dos Municípios* 2-8 (out./dez), 793-808.
- Gil, Nathália de Lacerda (2008), “Teixeira de Freitas e a escola primária brasileira: a questão da qualidade do ensino a partir de análises estatísticas”, in Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, *Teixeira de Freitas, um cardeal da educação brasileira: sua atividade intelectual*. Rio de Janeiro, IBGE (Série Memória Institucional, vol. 15), 45-56.
- Gomes, Maria do Carmo Andrade (2007), *Mapas e mapeamentos – dimensões históricas: as políticas cartográficas em Minas Gerais (1850 – 1930)*. Belo Horizonte, Universidade Federal de Minas Gerais (Tese de Doutorado).
- Marson, Adalberto (1979), *A ideologia nacionalista em Alberto Torres*. São Paulo, Duas Cidades, 1979.
- Oliveira, Lúcia Lippi (2008), “Estado Novo e a conquista de espaços territoriais e simbólicos”. *Política & Sociedade* 7-12, 13-21.
- Penha, Eli Alves (1993), *A criação do IBGE no contexto de centralização política do Estado Novo*. Rio de Janeiro, IBGE, (Série Memória Institucional, vol.4).
- Senra, Nelson (2005), *O saber e o poder das estatísticas: uma história das relações das estatísticas com os Estados Nacionais e com as ciências*. Rio de Janeiro, IBGE (Série Estudos e Análises- Documentos para Disseminação).
- Senra, Nelson (2009), *Uma Breve História das Estatísticas Brasileiras*. Rio de Janeiro, IBGE, 2009.